PARECER COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 023/2025 MENSAGEM DE LEI Nº 663/2025

De autoria do Poder Executivo Municipal, o projeto em epígrafe "Dispõe sobre o repasse financeiro através de Convênio para a APAE do Município de Buritis/RO e dá outras providências"

I - RELATÓRIO

O Poder Executivo Municipal propõe o projeto de lei que, visa celebrar convênio com a (APAE) viabilizando repasse financeiro anual de \$ 700.000,00 (setecentos mil reais) para custeio das atividades da instituição , como folha de folha de pagamento, manutenção geral e despesas operacionais. O repasse será realizado em 10 (dez) parcelas mensais de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais).

II – ANÁLISE

Nos termos regimentais, a presente proposição esteve em análise junto a **Comissão Constituição e Justiça**, não recebendo emenda.

No qual verificou-se que a matéria encontra-se apta para inserir-se no ordenamento jurídico municipal.

III - VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o **Projeto de Lei Nº 023/2025**, reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídico e de boa técnica legislativa e, no mérito, deve ser acolhido. Por isso, voto pela sua **aprovação**.

IV - RESULTADO DA VOTAÇÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça em Reunião realizada no dia 14 de Fevereiro de 2025, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Nº 023/2025.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores,

Juliana Cibelly dos Santos

Vereadora Presidente

Lucas Luiz de Cristo Teixeira

Vereador Relator

Dhionatas de Tassos Fagn

Vereador Membro

PARECER COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 023/2025 MENSAGEM DE LEI Nº 663/2025

De autoria do Poder Executivo Municipal, o projeto em epígrafe De autoria do Poder Executivo Municipal, o projeto em epígrafe "Dispõe sobre o repasse financeiro através de Convênio para a APAE do Município de Buritis/RO e dá outras providências"

I - RELATÓRIO

O Poder Executivo Municipal propõe o projeto de lei que, visa celebrar convênio com a (APAE) viabilizando repasse financeiro anual de \$ 700.000,00 (setecentos mil reais) para custeio das atividades da instituição , como folha de folha de pagamento, manutenção geral e despesas operacionais. O repasse será realizado em 10 (dez) parcelas mensais de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais).

II – ANÁLISE

Nos termos regimentais, a presente proposição esteve em análise junto a **Comissão de Finanças, Orçamento** e **Fiscalização**, não recebendo emenda.

No qual verificou-se que a matéria encontra-se apta para inserir-se no ordenamento jurídico municipal.

III - VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o **Projeto de Lei Nº 023/2025**, reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídico e de boa técnica legislativa e, no mérito, deve ser acolhido. Por isso, voto **pela sua aprovação**.

IV - RESULTADO DA VOTAÇÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização em Reunião realizada no dia 14 de fevereiro de 2025, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Nº 023/2025.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores,

Vereador Presidente

Renato Leitae dos Santo Vereador Relator

Vereador Membro

PARECER COMISSÃO DE EDUCAÇÃO ,SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL PROJETO DE LEI Nº 023/2025 MENSAGEM DE LEI Nº 663/2025

De autoria do Poder Executivo Municipal, o projeto em epígrafe "Dispõe sobre o repasse financeiro através de Convênio para a APAE do Município de Buritis/RO e dá outras providências"

I - RELATÓRIO

O Poder Executivo Municipal propõe o projeto de lei que, visa celebrar convênio com a (APAE) viabilizando repasse financeiro anual de \$ 700.000,00 (setecentos mil reais) para custeio das atividades da instituição , como folha de folha de pagamento, manutenção geral e despesas operacionais. O repasse será realizado em 10 (dez) parcelas mensais de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais).

II – ANÁLISE

Nos termos regimentais, a presente proposição esteve em análise junto a Comissão de Educação, Saúde e Bem-Estar Social, não recebendo emenda.

No qual verificou-se que a matéria encontra-se apta para inserir-se no ordenamento jurídico municipal.

III - VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o **Projeto de Lei Nº 023/2025**, reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídico e de boa técnica legislativa e, no mérito, deve ser acolhido. Por isso, voto **pela sua aprovação**.

IV - RESULTADO DA VOTAÇÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Educação, Saúde e Bem-Estar Social, em Reunião realizada no dia 14 de Fevereiro de 2025, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Nº 023/2025.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores,

Lucas Luiz de Cristo Teixeira

Vereador Presidente

Juliana Cibelly dos Santos

Vereadora Relatora

Ueder Rodrigues Ferreira

Vereador Membro